

Idoso em Situação de Rua e Vivência em Centros de Acolhida: Uma Revisão de Literatura

*Elderly in homeless and living in hostels: a
literature review*

Bruna da Silva Gusmão
Karinanne Lissa Yamaguchi Leite
Larissa Monteiro
Marcela Bárbara Umeno
Monize Salturato Pessutti
Quezia Serpa Santos
Suelen Cristina Batista
Deusivania Vieira da Silva Falcão

RESUMO: Este estudo trata-se de uma revisão sistemática e integrativa da literatura nacional sobre a temática do envelhecimento e da velhice vivida em situação de rua e em centros de acolhida (albergues). Para tanto, foi realizada uma busca por artigos nas bases de dados utilizando as seguintes palavras combinadas como descritores: “idoso e morador de rua”, “idoso e situação de rua”, “idoso e sem teto”, “idoso e albergue”, “envelhecimento e/ou velhice e morador de rua”, “envelhecimento e/ou velhice e sem teto”, “envelhecimento e/ou velhice e albergue”, “envelhecimento e/ou velhice e situação de rua”, “sem teto”, “morador de rua”, “albergue” e “situação de rua”. Seguindo esse critério, foram selecionados seis artigos que continham esses descritores. Dos seis artigos, quatro buscavam compreender, problematizar ou descrever de uma forma geral os desafios e as condições dos indivíduos em situação de rua e de suas experiências em albergues. Os outros dois artigos abrangiam os indivíduos idosos em situação de rua. Conclui-se pela necessidade de mais estudos sobre idosos com essas condições, bem como, a elaboração de propostas de intervenções e ações eficazes que

resgatem a cidadania e atendam as demandas dessas pessoas e dos profissionais que atuam na área.

Palavras-chave: Idoso; Situação de Rua; Albergue.

ABSTRACT: *This research deals with a systematic and integrative review of the national literature on the theme of aging and of old age lived on the street situation and refuge centers (hostels). Therefore, was conducted a search for articles in databases using the following words combined as descriptors: “elderly and street dweller”, “elderly and street situation”, “elderly and homeless”, “elderly and hostel”, “aging and/or elderly and street dweller”, “aging and/or elderly and homeless”, “aging and/or elderly and hostel”, “aging and/or elderly and street situation”, “homeless”, “street dweller”, “hostel” e “street situation”. Following these criteria, were selected six articles that contain these descriptors. Of the six articles, four sought comprehend, problematize or describe generally speaking the challenges and conditions of individuals in street situation and their experiences in hostels. The other two articles covered the elderly subjects in street situation. It is concluded that more studies are necessary about elderly with these conditions as well as the developing of proposals for interventions and effective actions to rescue citizenship and meet the demands of these people and professionals working in the area.*

Keywords: *Elderly; Street Situation; Hostel.*

Introdução

O envelhecimento populacional é um fenômeno universal. No Brasil, o número de idosos passou de 3 milhões em 1960, para 7 milhões em 1975 e 14 milhões em 2002. Estima-se que alcançará 32 milhões em 2020 (Lima-Costa, 2003). Nesse sentido, o aumento da população idosa torna relevante o aumento de pesquisas voltadas para essa fase do desenvolvimento humano, com o intuito de favorecer a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. Também merece ser refletido o crescimento da exclusão social e

os inúmeros desafios que essa realidade apresenta, especialmente, a dos idosos em situação de rua.

Entende-se por situação de rua o processo de rualização no qual o indivíduo que, por não possuir uma moradia fixa, habita transitoriamente diversos logradouros públicos, albergues ou pensões. Portanto, essa expressão é utilizada para enfatizar o aspecto processual da passagem pela rua como um momento da biografia individual e não como um estado permanente (Mattos, 2003). O decreto n.º 7.053, de 23 de dezembro de 2009, instituiu a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento. No Art 1º (parágrafo único) deste ficou instituído o seguinte:

“Para fins deste decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.”

Na cidade de São Paulo, segundo os dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, avalia-se que cerca de 10.390 pessoas encontram-se em situação de rua com predominância de indivíduos do sexo masculino, totalizando 80,3%; e com faixas etárias expressivas entre 26 a 40 anos, 32% da população; 35% entre 41 a 55 anos e 14% com idade superior a 56 anos (Fipe, 2003). Tais indicadores salientam a necessidade de investigar as condições de vida desses grupos, os respectivos padrões socioculturais, as crenças, as atitudes, como sobrevivem, além de refletir sobre as possíveis estratégias de intervenção que podem ser utilizadas por educadores, profissionais das áreas da saúde e social que vivenciam ou se preocupam com essas questões. Destarte, o idoso que mora na rua apresenta ao menos duas vulnerabilidades: ser idoso e, ao mesmo tempo, morador de rua.

Essa população revela um aspecto grave da extrema pobreza, com vulnerabilidade a múltiplos fatores de risco para a saúde (Rosa, 1995). As principais causas de morte dessas pessoas são os acidentes provocados pelo uso de bebidas alcoólicas, desnutrição, tuberculose, outras doenças respiratórias, Aids etc. Tais

condições adversas de sobrevivência podem, também, desencadear problemas mentais orgânicos (Arce *et al.*, 1983).

Cabe refletir que o Estatuto do Idoso obriga o Estado a garantir ao idoso a proteção à vida e à saúde, através de implementação de políticas sociais públicas que assegurem um envelhecimento digno. Entretanto, depara-se, frequentemente, com idosos em situação de miserabilidade, desprovidos de tal proteção capaz de lhes assegurar a manutenção das necessidades básicas de vida. Assim sendo, evidencia-se o despreparo do próprio Poder Público e da sociedade para atender os preceitos legais.

Sabe-se ainda que, as iniciativas que buscam suprir somente as necessidades fisiológicas dos moradores de rua acabam contribuindo para que permaneçam nesse ambiente e se acomodem na situação que vivenciam (Ghirardi *et al.*, 2005). Nesse contexto, é válido refletir que a população, muitas vezes, apresenta uma postura dúbia em relação a esses moradores, pois, ao mesmo tempo que se incomodam com a presença deles nas ruas, fazem campanhas comunitárias para arrecadar alimentos, cobertores etc. Na pesquisa realizada por Antuniassi, Bonvin, Rodrigues e Rezende (2011), com funcionários que tinham vários anos de experiência no serviço de assistência social e com jovens recém-contratados foi detectado que há moradores de rua que apresentam resistência às abordagens e propostas dos agentes sociais, preferindo permanecer nas ruas a habitar os Centros de Acolhida. Os entrevistados acreditavam que essa população específica já estava acostumada a viver nas ruas, onde viviam em “mocós” e não suportavam “minimamente” a disciplina relacionada à vida coletiva e as regras de convivência estabelecidas nos Centros de Acolhida.

No estudo de Porto *et al.* (2012), verificou-se que, enquanto para alguns moradores viver na rua significa “liberdade”, para outros, passar uma noite ou um dia no albergue, significa privar-se momentaneamente do consumo de álcool e outras drogas ilícitas. Para determinados sujeitos, o viver saudável está em seguir as normas e as regras institucionais (ex.: não beber, não fumar, não usar drogas). Nessa situação, o albergue é um espaço que auxilia na promoção do viver saudável, uma vez que estabelece regras que confrontam e reorganizam o cotidiano da rua.

Através da atuação das presentes autoras em estágio curricular do curso de graduação em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da

Universidade de São Paulo (USP), foi observado que, para incentivar os moradores de rua a permanecerem em Centros de Acolhida e a se sentirem úteis à sociedade, deve-se ter um planejamento e execução de atividades atrativas que estimulem suas capacidades, potencialidades e criatividade, contribuindo, assim, para o crescimento pessoal desses indivíduos. A título de ilustração, alguns usuários de Centros de Acolhida chegaram a declarar que estão ali apenas “esperando a morte chegar” e que percebiam o local que estavam como um “depósito de humanos”.

Observou-se ainda que o incentivo ao resgate dos vínculos familiares desses sujeitos pode, muitas vezes, transformar-se numa experiência penosa para todos os membros, trazendo dor e sofrimento ou lembranças que provocam mudanças e rupturas na dinâmica familiar. Nesse contexto, a equipe técnica e os profissionais que lidam diretamente com essas pessoas, amiúde, tornam-se porta-vozes do sofrimento deles e, além de terem que lidar com inúmeras situações sociais críticas, atuam como mediadores de conflitos no âmbito das relações sociais e familiares. Assim sendo, é fundamental que esses profissionais, também, participem de atividades de educação continuada e disponham de acompanhamento psicoterapêutico quando julgarem necessário.

Com o intuito de fornecer melhores condições para a população que mora nas ruas, a Lei n.º 12.316 (16 de abril de 1997) em seu artigo 1º definiu o que se segue:

Art. 1º O poder público municipal deve manter na cidade de São Paulo serviços e programas de atenção à população de rua garantindo padrões éticos de dignidade e não violência na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania a esse segmento social de acordo com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município de São Paulo e a Lei Federal n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS).

No artigo 4 da referida Lei, que legisla sobre os serviços a serem prestados pelo poder público a essa população, constam:

V – Casas de Convivência com oferta de espaços preparados com recursos humanos e materiais para promover: convivência, socialização e organização grupal, atividades ocupacionais, educacionais, culturais e de lazer, assim como condições de higiene

pessoal, cuidados ambulatoriais básicos, alimentação, guarda de volumes, serviços de documentação e referência na cidade;

IX – Oficinas, Cooperativas de Trabalho e Comunidades Produtivas com provisão de instalações preparadas com equipamentos, recursos humanos e materiais para: resgate da cidadania através dos direitos básicos de trabalho; capacitação profissional; encaminhamento a empregos; formação de associação e cooperativas de produção e geração de renda e manutenção de projetos agrícolas de desenvolvimento autosustentado que promovam a autonomia e a reinserção social da população de rua.

Partindo dessas informações, o presente estudo, buscou realizar uma revisão da literatura científica nacional sobre a temática do envelhecimento e da velhice vivida em situação de rua e em centros de acolhida (albergues). A seguir, apresentam-se o método, os resultados e a discussão.

Método

Trata-se de uma revisão bibliográfica nacional, baseada na busca de semelhanças e diferenças entre os artigos científicos pesquisados. Conforme apontado por Souza *et al.* (2010), a compilação de informações em meios eletrônicos é um grande avanço para os pesquisadores democratizarem o acesso e proporcionarem atualização frequente para compreender a realidade da situação estudada.

Para este estudo, a revisão foi realizada em duas etapas: a) a primeira foi a seleção de artigos no sistema de periódicos CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior), onde foram utilizados descritores como “idoso e morador de rua”, “idoso e sem teto”, “idoso e albergue”, “idoso e situação de rua”, envelhecimento e/ou velhice e morador de rua”, “envelhecimento e/ou velhice e sem teto”, “envelhecimento e/ou velhice e albergue”, “envelhecimento e/ou velhice e situação de rua”; b) a segunda etapa foi realizada através de uma pesquisa diretamente nas bases SCIELO e revistas de artigos USP, PUC-SP, e Estudos

Interdisciplinares sobre o Envelhecimento. Foram utilizados descritores como “sem teto”, “morador de rua”, “albergue” e “situação de rua”.

Faz-se mister apontar que a busca teve como filtros-padrões, somente artigos desenvolvidos em língua portuguesa, de origem nacional e que continham os descritores selecionados. Não foi utilizado nenhum critério quanto ao ano de publicação.

O método utilizado segue a proposta da revisão integrativa, a qual procura equilibrar a proposta de outros métodos como a meta-análise, cuja revisão combina as evidências de múltiplos estudos primários, baseando-se no emprego de instrumentos estatísticos, com o intuito de aumentar a objetividade e a validade dos achados, e a revisão sistemática, a qual é descrita como uma síntese rigorosa de todos os estudos relacionados a uma questão específica, focalizando especialmente pesquisas experimentais, comumente, ensaios clínicos randomizados (Souza, Silva & Carvalho 2011, p.103).

Ainda de acordo com a autora e colaboradores, a revisão integrativa é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, pois é capaz de incluir estudos experimentais e não experimentais para obter uma melhor compreensão do tema de estudo. Seguindo a mesma lógica de integração de conteúdos com propostas diferentes, há a combinação de informações provenientes da literatura teórica e empírica e trabalhos com objetivos distintos como: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular. Uma vez que esse método consegue ter uma abrangência capaz de integrar diferentes conteúdos com o propósito de enriquecer um estudo complexo e com diversas variáveis a serem analisadas, se mostrou útil para o artigo em pauta (Souza, Silva & Carvalho, 2011, p.103).

Resultados e Discussão

Na primeira etapa de busca realizada no periódicos CAPES *on line*, foram encontrados cento e quarenta e oito artigos, incluindo-se materiais duplicados. Destes, apenas quatro correspondiam ao critério de seleção dos descritores e encontravam-se publicados na base de dados SCIELO.

Na segunda etapa, foram detectados artigos em duas revistas. A primeira foi a *Revista Kairós Gerontologia* que apresentou dois artigos, mas apenas um possuía os descritores correspondentes aos critérios de seleção desta pesquisa. A segunda foi a *Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, que revelou treze artigos, dos quais um estava de acordo com os descritores estabelecidos. Assim, foram encontrados ao todo, seis artigos com os descritores anteriormente indicados.

Dos artigos selecionados, cinco foram produzidos no Estado de São Paulo e um no Rio de Janeiro, indicando a primazia da região sudeste do país na publicação de artigos sobre o envelhecimento e a velhice vivenciada em situação de rua. Essa condição pode ser explicada pelo grande desequilíbrio em que crescem os aglomerados urbanos, fazendo com que as metrópoles recebam um número muito elevado de pessoas, comparado as suas capacidades de ofertar serviços e recursos. Assim, é nesses grandes centros que ocorrem com mais evidência as “tragédias urbanas nacionais” como a poluição dos recursos hídricos e do ar, déficit de moradias, congestionamento de veículos, violência e inclusive moradores de rua (IPEA, 2006). Ainda, segundo Gutierrez *et al.* (2009), somente o município de São Paulo apresentava, em dados de 2003, a existência de 10.390 indivíduos em situação de rua. Desse modo, é comum que um fenômeno seja mais estudado onde existe maior prevalência.

Com relação ao ano de publicação dos artigos, identificamos que esse período está entre os anos de 2005 e 2010, evidenciando a recente discussão do tema na produção acadêmica. A preocupação com o envelhecimento e as velhices vividas na rua, acompanha, de certa forma, o destaque do envelhecimento populacional no Brasil e a produção acadêmica na área da gerontologia, que experimentou um grande crescimento a partir dos anos noventa (Goldstein, 1999).

Quanto à metodologia dos artigos selecionados, observou-se que três deles estavam baseados em um único estudo de caso qualitativo, o que não reduz a relevância das informações produzidas, mas limita a abrangência da representatividade da população estudada. Nos três artigos, os estudos de caso foram realizados com indivíduos do sexo masculino. Esse padrão de sexo se repete em um dos artigos que avalia 64 pessoas que vivem em um albergue, sendo 71% da amostra do sexo masculino. Esses números reforçam os dados encontrados no Censo realizado pela

Prefeitura do Município de São Paulo em 2011, o qual revelou que 82% dos indivíduos em situação de rua são do sexo masculino.

Não há um Censo que faça a relação entre sexo e faixa etária na população dos moradores de rua. Todavia, a partir dos resultados desta revisão, em que mais da metade dos artigos apresentou a maioria da amostra do sexo masculino, acredita-se que este padrão deva se manter na população de rua idosa. Nos outros dois artigos restantes, a maioria dos entrevistados eram compostos por indivíduos do sexo feminino. O primeiro, realizado em um albergue, entrevistou 20 idosos, sendo 12 mulheres e 8 homens; o segundo teve sua amostra composta por 16 idosos, sendo 9 mulheres. Para este último estudo, porém, foram entrevistados idosos em diversas situações de moradia, e apenas dois idosos da amostra estavam em situação de rua.

Analisando a tabela em anexo, a coluna que apresenta procedência dos artigos e as instituições vinculadas à sua produção, observou-se que dois deles estavam ligados intimamente à área da Gerontologia, sendo um destes foi produzido em conjunto entre discentes e uma docente da Graduação em Gerontologia da Universidade de São Paulo (USP) e o outro produzido pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Outros dois artigos estavam vinculados a instituições relacionadas a área da Enfermagem, sendo que um deles foi produzido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Saúde, Políticas Públicas e Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), cujos autores eram em sua totalidade graduados em Enfermagem, e um segundo artigo publicado na *Revista Latino-americana de Enfermagem*, de autoria em conjunto entre discentes e uma docente da Graduação em Enfermagem da Unifesp. Os outros dois artigos restantes estavam relacionados a área da Psiquiatria/Psicologia, sendo um publicado na *Revista de Psiquiatria Clínica* e os seus autores ligados a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o outro produzido por autores ligados a graduação e ao programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade São Marcos. Portanto, foi detectado que os poucos artigos que se debruçaram sobre o tema do envelhecimento e da velhice vivenciada em situação de rua foram investigados por áreas distantes, com enfoque variando de acordo com o objetivo do artigo.

A respeito dos objetivos de cada estudo, pode-se dividi-los em duas categorias, a saber: a) primeira foi composta por artigos que buscaram compreender, problematizar e/ou descrever de uma forma geral os desafios e as condições dos indivíduos em

situação de rua e de suas experiências em albergues; b) a segunda categoria foi composta por artigos com objetivos mais específicos, ou seja, que abrangem os indivíduos idosos em situação de rua, mas possuem um outro objetivo mais específico atrelado, como a avaliação de déficit cognitivo e o levantamento das sensações do morar na população idosa. Dos seis artigos detectados, quatro se encaixaram na primeira categoria e dois na segunda.

Partindo das principais características gerais da produção acadêmica relacionada ao tema desta revisão bibliográfica nacional, apresentam-se, a seguir, as características particulares de cada artigo selecionado.

O artigo intitulado “*Reflexões bioéticas sobre o processo de envelhecimento e o idoso morador de rua*” é um dos estudos de caso que busca problematizar o cotidiano do indivíduo em situação de rua, através do olhar da Bioética. Durante a análise do discurso do idoso, pontos relevantes que identificavam as percepções do mesmo sobre a vivência na rua foram levantados. Foram citadas, principalmente, questões como os eventos de violência contra os moradores de rua e sensações de insegurança e incertezas, remetendo à condição de vulnerabilidade vivenciada por esses indivíduos. Nesse contexto foi levantado o dilema ético que pondera até que ponto a longevidade é considerada como ganho. Sobre o assunto, os autores comentaram que “se por um lado a longevidade é uma conquista dos avanços biomédicos, tecnológicos e da saúde, por outro, nas condições em que os princípios de dignidade e liberdade são desrespeitados, a longevidade se torna um desafio” (Gutierrez *et al.*, 2009, p.192).

Com relação aos fatores que levaram o idoso a viver em situação de rua, a ruptura familiar apareceu como principal fator, e neste caso, o próprio idoso se revelou como responsável por este rompimento. Também como estratégia para sobreviver à rua, o idoso entrevistado buscou um albergue, referindo estar muito satisfeito com essa experiência. Uma frase retirada do artigo expressa bem a sensação vivenciada pelo idoso: “verifica-se que o albergue, antes de ser um aparelho de proteção social, é uma garantia para que as pessoas de rua e desfavorecidas do meio urbano possam receber aparatos mínimos para a sobrevivência” (Gutierrez, 2009, p.198).

Ainda referindo-se a vivência no albergue, a utilização de bebidas alcoólicas por grande parte dos albergados foi citada pelo idoso. Sobre o assunto, os autores relataram

que a alta prevalência de indivíduos que fazem uso de bebidas alcoólicas em albergues pode ser considerada como “fator predisponente no percurso da vida do idoso em romper os laços familiares”. Por fim, seguindo os preceitos da ética, os pesquisadores salientaram que, apesar de os sujeitos “vivenciarem condições de vulnerabilidade social, devem ser vistos como pessoas protagonistas do próprio processo de mudança. Essa perspectiva garante o resgate da cidadania e da participação efetiva em situações sociais que envolvem o exercício da relação entre direitos e deveres” (Gutierrez, 2009, p.202)

O artigo “*Quem mandou ficar velho e ir morar na rua?*” (Brêtas *et al.*, 2009), também, é um estudo de caso que buscou conhecer o significado do envelhecimento na rua para o idoso em situação de rua. O referido artigo, assim como o anterior, também destacou o ambiente da rua como sendo hostil para o idoso, considerando a falta de condições básicas para a sobrevivência. O discurso do idoso foi dividido em dois eixos temáticos: a) história do envelhecimento e; b) história de vida na rua. No que se refere à história do envelhecimento do idoso entrevistado, detectou-se que esse processo foi percebido principalmente pelas alterações funcionais. Quando se trabalha com idosos em situação de rua isso é preocupante, uma vez que, como são andarilhos, dependem da higidez física para sobreviver.

Ainda sobre a visão do idoso acerca do seu próprio envelhecimento, observaram-se discursos ambivalentes. Ao mesmo tempo em que o sujeito considerava esse processo como incapacitante, associava a positividade ao envelhecimento, destacando o desenvolvimento humano como algo divino/espiritual. Na dimensão social, o fator respeito esteve associado a um valor positivo conquistado com o passar dos anos. Quanto à história de vida na rua e o significado do envelhecimento nesse contexto, o idoso entrevistado atribuiu vários significados negativos “fruto das representações construídas no decorrer da sua existência”. Considerava negativa, também, a experiência em albergues, salientando a falta de privacidade e o medo constante na convivência com os outros usuários nesses locais. Por fim, as representações sobre o envelhecimento e a velhice na rua apresentadas pelo entrevistado indicaram o alto grau de vulnerabilidade que esses indivíduos experimentavam nas duas situações de vulnerabilidade: idosos e moradores de rua. Além disso, o ambiente vulnerável e suas consequências interferiam nas condições de saúde, na perda de autoestima e no comprometimento da capacidade funcional do indivíduo (Brêtas *et al.*, 2009).

O artigo intitulado “*Pobre, idoso e na rua: uma trajetória de exclusão*” (Fernandes, Raizer & Brêtas, 2007) trata-se de um estudo exploratório que abrangeu 20 idosos moradores de uma albergue, com o objetivo de investigar e descrever a população idosa em situação de rua. O estudo, também, apresentou o alto grau de vulnerabilidade dos idosos em situação de rua e apontou algumas considerações sobre a vida em albergue. Foi questionado o papel desse modelo de instituição, dada a constatação da forte dependência institucional dos indivíduos. Refletiu-se que essa dependência, caracterizada pelo uso de equipamentos de assistência, pode favorecer a fixação dessa população nas ruas. Nesse contexto, essas instituições são importantes para a sobrevivência dos moradores de rua. Todavia, pode atingir de uma maneira negativa o processo de (re) inserção social, desencadeando a falta de estímulos e do exercício da autonomia necessária para o rompimento de laços de dependência e, conseqüentemente, a saída das ruas. Assim como o artigo anteriormente apresentado neste estudo, a ruptura dos laços familiares também foi apontada como fator que predispôs à rualização, destacando a família no nível micro, como sendo responsável pela rualização. Já o nível macro foi caracterizado pelos laços trabalhistas e pelas habitações frágeis. A inserção precoce no mercado de trabalho e a baixa escolaridade foram fatores que influenciaram a condição de vulnerabilidade dos vínculos laborais e/ou habitacionais.

Outros dois pontos interessantes foram destacados no artigo. O primeiro revelou que os idosos que estavam menos tempo nos albergues eram mais críticos com relação a sua situação. O segundo ponto, estimulou a reflexão da diferenciação entre os termos “moradores de rua” e “albergado”, considerando que, na amostra do estudo, constituída por albergados, existiam indivíduos que não necessariamente experimentaram a situação de rua. Foi refletido que os idosos, além de não serem observados como moradores de rua, também, não tinham uma autopercepção nesse sentido. Uma vez que o albergado possui segurança, abrigo, condições de higiene, o indivíduo que se encontra na rua deve encontrar meios estratégicos não convencionais para a sua sobrevivência. Nesse cenário, o artigo refletiu sobre os valores humanos associados aos indivíduos albergados e em situação de rua, chamando atenção para o atual processo de banalização da injustiça social (Fernandes, Raizer & Brêtas, 2007).

O trabalho intitulado “*O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado*” (Mattos & Ferreira, 2005) refere-se a um estudo de caso que narra a história de vida de um indivíduo idoso o qual passou por vários desafios que envolviam a situação de rua e de albergado. Assim como os artigos apresentados anteriormente, este fez referência a alguns fatores comuns aos indivíduos idosos em situação de rua: o alcoolismo; o nomadismo ocupacional durante a vida, que se relaciona ao pouco tempo de permanência em empregos; a itinerância; a impossibilidade de inserção em relações formais, consequência da itinerância que obriga a um permanente recomeçar; a vulnerabilidade familiar durante o curso de vida e a ruptura com a família; a aposentadoria.

Dos fatores citados, um deles chamou a atenção por não ter sido abordado em nenhum outro de forma aprofundada: a aposentadoria. A aposentadoria, evento associado à velhice, foi apresentado como um fator que favorece a associação do idoso a ser improdutivo. Além de ser um valor insuficiente para manter as necessidades básicas de moradia e alimentação, por exemplo, fazendo com que idosos aposentados sejam obrigados a trabalhar, muitas vezes, em condições informais e sub-humanas. Desse modo, a aposentadoria insuficiente é um dos fatores que predispõe à realização. Considerando essas circunstâncias, os autores discutiram o envelhecimento e a velhice vivida em situação de rua como condições sem perspectivas e sem futuros, “voltados para o único horizonte que conseguem vislumbrar: a espera da morte” (Mattos & Ferreira, 2005, p.23).

Apresentados os artigos que se enquadravam na primeira categoria de acordo com os seus objetivos, segue-se para a apresentação dos outros dois artigos restantes que se encaixam na segunda categoria, ou seja, que abrangem os indivíduos idosos em situação de rua, mas possuem um outro objetivo mais específico atrelado.

O primeiro intitula-se “*Sensações do morar e a concretização de moradia para idosos egressos de um albergue*” (Silva et al., 2010). Este possui duas etapas, a primeira está relacionada com o desenvolvimento da pesquisa “Sensações do Morar” realizada com idosos em várias situações de moradia. E a partir da identificação dos fatores responsáveis pela sensação de sentir-se em casa nos idosos, o artigo buscou contribuir na elaboração de propostas que compreendessem a subjetividade existente nas moradias voltadas aos idosos e quais aspectos faziam o idoso se sentir em casa. Nessa etapa foram entrevistados idosos em oito categorias de moradia: a) idoso que

mora com a família; b) família que mora com o idoso; c) idoso em situação de rua; d) idoso que mora em ILPI; e) idoso que mora em flat; f) idoso que mora em condomínios para idosos; g) idoso que mora em república e; h) idoso que mora sozinho. Na conclusão desta primeira etapa, os autores identificaram na fala dos sujeitos, aspectos subjetivos carregados da história de culturas e gerações em relação às sensações de moradias e evidenciaram que os principais aspectos que faziam os idosos sentirem-se em casa foram: o poder de decisão, a liberdade e as relações sociais estabelecidas na moradia.

A segunda etapa do referido artigo foi consequência da primeira, pois, após a pesquisa, “profissionais e estudiosos do envelhecimento entenderam a necessidade de se criar uma associação multidisciplinar, com enfoque na moradia para o ser idoso, utilizando o conceito de Saraceno (1999) - “habitar” e não somente “estar” em um espaço físico. Acrescente-se o sentimento de pertencer àquele lugar, quando se opina sobre construção e organização” (Silva *et al.*, 2010). Nesse sentido, foi concretizada uma moradia com suporte de uma ONG para idosos que antes residiam em albergues. Na convivência dos idosos na moradia compartilhada, ao mesmo tempo em que se observaram esforços mútuos para a organização da casa, identificaram-se, também, tensões nas atividades cotidianas, consideradas inerentes ao convívio no cotidiano.

O último artigo selecionado foi intitulado “Avaliação de déficits cognitivos em moradores com mais de 65 anos de um albergue público” (Sousa & Lovisi, 2007), baseado na avaliação de uma amostra de 64 idosos. O estudo, assim como esta revisão, constatou a falta de artigos nacionais que envolviam indivíduos idosos em situação de rua, principalmente quando relacionado à avaliação cognitiva. Dos avaliados, 20,3% apresentaram algum tipo de transtorno cognitivo, porcentagem similar encontrada em outros estudos nacionais e internacionais. Identificou-se, também, que o déficit cognitivo estava relacionado, sobretudo, ao alcoolismo. Foi ainda sinalizado que 15,6% dos que apresentaram déficit cognitivo relataram internações psiquiátricas anteriores. A partir disso, concluiu-se que é de fundamental importância implementarem-se ações específicas nos albergues, com o objetivo de incentivar a equipe de saúde para receber o morador e desenvolver nele competências e habilidades perdidas ou ocultadas.

Considerações Finais

Com o presente trabalho foi possível observar que a maioria dos artigos analisados destacou que muitos idosos viram moradores de rua pela desvinculação de laços familiares, pelo ingresso precoce ao mercado de trabalho, pela baixa escolaridade e baixa renda, bem como pelos vícios em álcool e outras drogas. E, uma vez nessa condição, tais indivíduos buscam estratégias de sobrevivência, haja vista que a rua é um ambiente vulnerável. Diante dessa situação, a maioria dos moradores presentes nos estudos migra para os albergues em busca de melhores condições e de garantia das necessidades básicas. Contudo, para muitos, essas garantias não tornam o equipamento um lugar agradável, pois há muitos roubos e atos de violência em seu interior. Em alguns estudos, foi possível observar que a maioria dos idosos tem uma perspectiva de sair do albergue e, com o auxílio da aposentadoria, alugar uma pensão ou algum outro lugar para morar e garantir-lhes uma vida melhor. Entrementes, há quem considere o local muito bom, uma vez que traz segurança se comparado ao ambiente das ruas.

Outrossim, apenas dois artigos destacaram a importância de se implementarem ações específicas no albergue para trabalhar a equipe de saúde visando a receber o morador e desenvolver nele competências e habilidades perdidas e/ou escondidas, com o intuito de manter sua capacidade cognitiva, uma vez que a rua traz prejuízos à saúde psíquica do indivíduo.

Malgrado os trabalhos apontados tenham transmitido muitas informações acerca do que é ser morador de rua e quais as vantagens e desvantagens dos albergues nesta condição, apresentaram algumas limitações, porque em alguns casos os artigos traziam estudos de caso de um único morador, sendo que, a maioria era homem, relatando sobre a sua vivência na rua, gerando um olhar enviesado sobre essa condição. Ademais, o relato desses moradores não poderia ser aplicado na população de rua como um todo dado que cada indivíduo possui uma trajetória de vida diferente.

Baseando-se na análise dos artigos selecionados, foi possível perceber a importância de se conhecer melhor os idosos que residem nas ruas e em albergues, envolvendo o entendimento do processo de envelhecer dessas pessoas nos âmbitos biopsicossocial, cultural, histórico e econômico. Nesse sentido, o conhecimento

gerontológico favorece esse entendimento, uma vez que busca compreender o indivíduo idoso, levando em consideração todas as suas complexidades.

Conclui-se pela necessidade de mais estudos e intervenções, especialmente, nas áreas de Gerontologia, Enfermagem, Psicologia e Psiquiatria que busquem, por exemplo, analisar a trajetória de vida dos moradores de rua e de albergues, bem como apresentar e implementar propostas de ações concretas que visem a beneficiar esses indivíduos que, amiúde, são ignorados pela sociedade.

Outrossim, é preciso ainda desenvolver um trabalho de educação continuada com os profissionais que trabalham diretamente com essas pessoas, visando com isso a um melhor atendimento às demandas apresentadas por elas.

ANEXO

Tabela 1 - Características dos artigos analisados

Título	Autor	Local/Ano	Origem/Instituição Vinculada	Objetivo
1. Sensações do morar e a concretização de moradia para idosos egressos de um albergue	Silva <i>et al.</i>	São Paulo/ 2010	Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE) – PUC-SP	Contribuir socialmente na elaboração de propostas que compreendam a subjetividade existente nas moradias destinadas aos idosos e quais aspectos fazem o idoso se sentir em casa
2. Reflexões bioéticas sobre o processo de envelhecimento e o idoso morador de rua	Gutierrez <i>et al.</i>	Porto Alegre/2009	Gerontologia EACH-USP	Problematizar o cotidiano do idoso que já vivenciou o morar na rua e apontar as estratégias de enfrentamento utilizadas
3. Quem mandou ficar velho e morar na rua?	Brêtas <i>et al.</i>	São Paulo/2009	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Saúde, Políticas Públicas e Sociais – Enfermagem - Unifesp	Conhecer o significado do envelhecimento na rua para um idoso em situação de rua
4. Avaliação de déficits cognitivos em moradores com mais de 65 anos de um albergue público	Sousa & Lovisi	Rio de Janeiro/2006	Revista de Psiquiatria Clínica - UFRJ	Avaliar déficits cognitivos em uma população moradora de um albergue público da cidade do Rio de Janeiro.
5. Pobre, idoso e na rua: uma trajetória de exclusão	Fernandes, Raizer & Brêtas	São Paulo/2007	Revista Latino-americana de Enfermagem - Unifesp	Investigar e descrever a população idosa em situação de rua, usuária de um abrigo exclusivo para esse segmento, na cidade de São Paulo.
6. O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado	Mattos & Ferreira	Campinas/ 2005	Estudos de Psicologia – Universidade São Marcos	Problematizar um dos problemas sociais mais severos que acometem a população da terceira idade: a ruralização.

Referências

Antuniassi, M.H.R., Bonvin, F., Rodrigues, C.C.P. & Rezende, O.M. (2011). Ruptura, desemprego e solidão: relatos de acolhidos nos serviços de assistência social na cidade de São Paulo. *Cadernos CERU*, 22(1), 175-202.

Gusmão, B.da S., Leite, K.L.Y., Monteiro, L., Umeno, M.B., Pessutti, M.S., Santos, Q.S. Batista, S.C. & Falcão, D.V.da S. (2012, dezembro). Idoso em Situação de Rua e Vivência em Centros de Acolhida: Uma Revisão de Literatura. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, 15(6), “Vulnerabilidade/Envelhecimento e Velhice: Aspectos Biopsicossociais”, pp.313-331. Online ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP

- Arce, A., Tadlock, M., Vergare, M.J. & Shapiro, S.H. (1983, Sept.). A psychiatric profile of street people admitted to an emergency shelter. *Hospital and Community Psychiatry*, 34(9), 812-817.
- Brêtas, A.C.P., Marcolan, J.F., Rosa, A.S., Fernandes, F.S.L. & Raizer, M.V. (2010, jun.). Quem mandou ficar velho e morar na rua? São Paulo (SP): *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 44(2).
- Costa, M.F.L. & Veras, R. (2003, jun.). Saúde Pública e Envelhecimento. Rio de Janeiro (RJ): *Caderno de Saúde Pública*, 9(3).
- Fernandes, F.S.L., Raizer, M.V. & Brêtas, A.C.P. (2007, set.-out.). Pobre, idoso e na rua: uma trajetória de exclusão. Ribeirão Preto (SP): *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15.
- Fernandes, F.S.L., Raizer, M.V. & Brêtas, A.C.P. (2007, set.-out.). Pobre, idoso e na rua: uma trajetória de exclusão. Ribeirão Preto (SP): *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15.
- Fundação Instituto de Pesquisas Econômica. (FIPE). (2003). *Censo dos Moradores de Rua*. São Paulo (SP).
- Ghirardi, M.I.G., Lopes, S.R., Barros, D.D. & Galvani, D. (2005, set.-dez.). Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. São Paulo (SP): *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 9(18), 601-610.
- Goldstein, L.L. (1999). A produção científica brasileira na área da gerontologia: 1975-1999. Campinas (SP): *Revista online da biblioteca prof. Joel Martins*, 1(1).
- Gutierrez, B.A.O., Silva, H.S.S., Rodrigues, P.H. & Andrade, T.B. (2009). Reflexões Bioéticas sobre o processo de envelhecimento e o idoso morador de rua. Porto Alegre (RS): *Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento*, 14(2), 187-205.
- IPEA. (2006). Urbanização - Metrôpoles em movimento. In: *Desafios do Desenvolvimento*, 22. Brasília (DF).
- Mattos, R.M. & Ferreira, R.F. (2005, jan.-mar.). O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado. Campinas (SP): *Estudos de Psicologia*, 1(22), 23-32.
- Porto, L., Backes, D.S., Diefenbach, G.D.F., Costenaro, R.G.S., Rangel, R.F., Lucio, D.B.M. & Martins, E.S.R. (2012, jan.-abr.). Viver saudável: significado para os moradores de rua do município de Santa Maria. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 2(1), 59-66.
- Rosa, C.M.M. (1995). População de rua: Brasil e Canadá, p.236. São Paulo (SP): *Hucitec*.
- Silva, A.C.L., Mincache, G.B., Rosa, M.A.S. & Mutchnik, V.I. (2010, nov.). Sensações do morar e a concretização de moradia para idosos egressos de um albergue. *Caderno Temático Kairós Gerontologia*, 8, 169-193. São Paulo (SP): FACHS / NEPE / PEPGG/ PUC-SP.
- Souza, M.T., Silva, M.D. & Carvalho, R. (2010). Revisão Integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8, 102-106.

Sousa, R.G. & Lovisi, G.M. (2007). Avaliação de déficits cognitivos em moradores com mais de 65 anos de um albergue público. Rio de Janeiro (RJ). *Revista de Psiquiatria Clínica* [online], 34(5), 205-209.

Recebido em 02/12/2012

Aceito em 12/12/2012

Bruna da Silva Gusmão - Universidade de São Paulo (USP). Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

Karinanne Lissa Yamaguchi Leite - Universidade de São Paulo (USP). Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

Larissa Monteiro - Universidade de São Paulo (USP). Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

Marcela Bárbara Umeno - Universidade de São Paulo (USP). Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

Monize Salturato Pessutti - Universidade de São Paulo (USP). Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

Quezia Serpa Santos - Universidade de São Paulo (USP). Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

Suelen Cristina Batista - Universidade de São Paulo (USP). Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

Deusivania Vieira da Silva Falcão - Professora Doutora da Universidade de São Paulo (USP). Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

E-mail: deusivaniafalcao@gmail.com